

Comentários e Notícias

Aproveitamento de funcionários disponíveis

O Presidente Getúlio Vargas assinou, no dia 1.º de agosto de 1935, um decreto criando uma Comissão Revisora, destinada a rever os atos do Governo Provisório ou de seus delegados, que houvessem suscitado reclamações por parte dos interessados. Esse decreto, assinado nos termos do art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934, foi muito bem recebido pela opinião pública do país, que viu abrir-se por seu intermédio a possibilidade de reparação de injustiças cometidas durante o período imediatamente consecutivo ao triunfo do movimento revolucionário de outubro de 1930.

A Comissão Revisora trabalhou arduamente, examinando, de plano, um grande número de reclamações, tendo negado provimento a umas e concluído pelo deferimento de outras. Em relação a estas, a Comissão concluía pelo conseqüente aproveitamento de seus autores.

Os recursos que mereceram parecer favorável foram submetidos à consideração do sr. Presidente da República, que, em decisão final, despachou, na maioria dos casos, no sentido da volta dos interessados ao serviço público, condicionando-a, porém, a oportunidades supervenientes, ao interesse das respectivas repartições e ao juízo do Governo. Ficaram, assim, esses interessados na expectativa de um direito que lhes era reconhecido, aguardando a ocasião propícia às suas novas investidas.

Decorrido mais de um ano após o encerramento dos trabalhos da Comissão Revisora continuava, entretanto, a maioria dos contemplados

pelos pareceres favoráveis da mesma, ou pelos despachos do Presidente da República, ansiosamente à espera do almejado retorno às atividades funcionais. Tal situação não deveria evidentemente prolongar-se de modo indefinido, pois isso equivaleria a negar praticamente o direito cujo reconhecimento os interessados haviam logrado obter anteriormente.

Em vista disso, julgou o D. A. S. P. conveniente encaminhar ao sr. Presidente da República uma exposição de motivos (D/F 126, de 26 de setembro de 1938) referente ao assunto. Nesse documento, afirmava o sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D. A. S. P., que "existindo, nos diversos ministérios, vários cargos vagos por prover, o aproveitamento dos funcionários em apreço poderia processar-se de modo uniforme e equânime, se Vossa Excelência determinasse providências relativas a isso".

"Este Departamento poderá tomar a si a tarefa de promover o aproveitamento desses antigos funcionários", disse o sr. Luiz Simões Lopes, desde que o sr. Presidente da República o autorize a "entrar em entendimento com os diferentes ministérios, acerca das vagas existentes e das condições em que se possam operar, desde logo, as readmissões de que se trata". Aceitando a sugestão do D. A. S. P., o sr. Presidente da República aprovou, no dia 27 de setembro passado, a exposição de motivos acima mencionada.

Tomando sempre em consideração, acima de tudo, o interesse nacional, o D. A. S. P. julga que "a preferência para os disponíveis deve ser considerada ponto pacífico, de vez que o seu re-

torno à atividade representa um alívio grande e imediato para os cofres da Nação", desde, porém, que isso se faça "em quadros e carreiras em que não haja pessoal em disponibilidade em condições de prover as vagas existentes". Assim sendo, podem os disponíveis rejubilar-se com o despa-

cho dado pelo sr. Presidente da República à exposição de motivos D/F 126, que lhe foi encaminhada pelo D. A. S. P. a respeito da situação deles, pois o seu aproveitamento se fará doravante de maneira mais conforme aos interesses dos mesmos e às conveniências da Nação.

A Reforma do Instituto Nacional de Tecnologia

Si ha um campo de atividade que deva ser explorado intensamente em nosso país, é, sem dúvida, o da produção industrial.

O rótulo de "país essencialmente agrícola" deve ceder espaço para outro lema muito mais imperativo, consentâneo com as condições atuais do mundo, no sentido da industrialização do país.

Si a agricultura pode trazer riquezas a uma nação, em troca requer grandes áreas de plantio, penetração racional e barateamento dos meios de transporte, com a agravante ainda da produção estar limitada pelos ciclos de vegetação, que não lhe permitem ir além de uma certa medida. Todos os cálculos e previsões têm que se basear na marcha das estações, isso significando que, tendo os outros fatores controlados ao máximo, ainda resta um sobre o qual o homem não pode influir: o fator cósmico do clima. Pode-se dizer que a produção agrícola é descontínua e, até certo ponto, incontrolável.

Aspecto inteiramente diferente apresenta o ramo da atividade industrial: aí o fator humano é decisivo e primordial. O centro de transformação das matérias primas não precisa maior área que a das aglomerações urbanas, e a produção não está influenciada pela humidade, temperatura e insolação, que são fatores preponderantes na agricultura.

Ao par dessas condições, já de si vantajosas para imprimir um grande impulso ao país, a velocidade de fabricação não conhece outros limites além da capacidade de invenção humana, bastando ver que os números representativos da produção em massa de qualquer artigo são hoje verdadeiramente astronômicos em relação aos de cem anos atrás.

A produção em massa acarreta, entre outras vantagens, uma grande estabilização da qualidade do produto: as medidas e os tipos tornam-se uniformes e a qualidade e eficiência dos artigos podem ser elevadas ao máximo. Isso, porém, exige que um controle rigoroso seja empregado na produção das utilidades. Qualquer defeito de fabricação, quer proveniente de mau emprego da mão de obra, quer da qualidade das matérias primas, é infinitamente multiplicado nas máquinas modernas de fabricação em série.

Toda a atenção deve ser dada, pois, a essas duas componentes que entram na confecção dos artigos da indústria. A competição industrial que se observa no mundo, conduzida com um vigor jamais visto, obriga os industriais a darem o máximo esforço para melhoria dos produtos.

Não é simples essa tarefa porque o trabalho nas fábricas, quando devidamente racionalizado, requer estudos acurados, não sómente da economia dos movimentos dos operários e do material, como do emprego econômico das matérias primas.

A economia dos movimentos humanos e do transporte dos materiais dentro da fábrica é assunto que se relaciona quasi que exclusivamente com cada caso particular. O emprego econômico das matérias primas requer, porém, estudos técnicos e científicos que não convém deixar aos industriais, já bastante preocupados com os problemas administrativos e comerciais.

Os estudos tecnológicos, por serem de interesse geral, têm assim caráter francamente estatal, em virtude do ambiente sereno e desinteressado que exigem para a sua execução, e pelas grandes despesas com pessoal selecionado e instalações de laboratórios especializados, que são indispensáveis à consecução de resultados práticos. E' esse um

dinheiro bem gasto, que reverterá com juros altos para o povo.

O estrangeiro nos fornece exemplos brilhantes do emprego sistemático de pesquisas de laboratórios com a finalidade de orientar a indústria do país na senda da produção econômica e controlada. Nesse setor, a "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO" já tem procurado esclarecer seus leitores, podendo ser recordada a transcrição que fez de um artigo sobre a atuação do Instituto Físico Técnico Alemão durante meio século de existência, inserta no número de fevereiro deste ano, onde está evidenciada a profunda influência que os estudos tecnológicos realizados nesse Instituto exerceram no progresso da indústria alemã.

No Brasil, as pesquisas tecnológicas sistemáticas datam de uma década, talvez, convindo recordar o pioneiro desse sadio ramo de estudos, que foi o antigo Laboratório de Ensaio da Escola Politécnica de São Paulo, sob a direção de Ari Torres, e que hoje se transformou no Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

No Rio de Janeiro, a antiga Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, quasi na mesma ocasião, era o embrião do Instituto Nacional de Tecnologia, que acaba de ser reformado pelo decreto n. 778, de 8 de outubro de 1938.

Nascendo num barracão construído ao lado do Hospício, ostenta hoje a fachada de um grande edifício, de múltiplos andares, transbordantes de laboratórios, sendo assim um atestado do carinho que o novo regime inaugurado em 1930 tem dedicado aos estudos tecnológicos com o fim de melhorar a nossa indústria. O seu diretor, Fonseca Costa, juntamente com os colaboradores dessa obra, dentre os quais difícil se torna citar nomes, tem compreendido perfeitamente os intuítos do Governo e procurado produzir o máximo dentro dos recursos que tem tido à mão.

Acentuando ainda mais a continuidade admi-

nistrativa que se vem observando em nossa pátria, desde 1930, dentro de um plano bem delineado de racionalização da vida econômica do país, o Governo acaba de reformar o Instituto Nacional de Tecnologia por meio do decreto-lei n. 778, dando-lhe maior amplitude de ação e reforçando o quadro do pessoal com novos elementos de trabalho.

Pelo novo decreto, a atividade do Instituto de Tecnologia se estenderá também à Metrologia, mantendo sob sua guarda, de acordo com o que dispuser a lei nacional de pesos e medidas, os padrões nacionais de medida, aferindo os padrões estaduais, fiscalizando as Repartições estaduais de medidas, distribuindo o selo metrológico, e desempenhando as demais incumbências que lhe tocarem em virtude dos dispositivos da referida lei.

Uma outra missão ora dada ao Instituto de Tecnologia é o estudo dos materiais de uso nos serviços públicos a fim de serem fixados os respectivos padrões. A "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO" já tem analisado o estado atual do abastecimento das Repartições, demonstrando a necessidade de serem sistematizados os estudos relativos aos materiais de uso do Governo, e da sua padronização. Com o dispositivo inserto no decreto-lei n. 778, é de esperar que em breve o Governo tenha a parte técnica do abastecimento dos materiais inteiramente resolvida.

O decreto-lei n. 778 veio assim ao encontro dos interesses da indústria nacional e das repartições, pondo à sua disposição um órgão devidamente aparelhado e eficiente que por meio de pesquisas e ensaios de rotina, os auxiliará por todos os meios: à indústria, indicando os caminhos que deverá trilhar para o melhor aproveitamento das matérias primas; e às repartições, analisando os artigos que recebe, estabelecendo assim a confiança que os funcionários devem ter na qualidade dos materiais que o Governo adquire.

A racionalização administrativa na Argentina

Reuniu-se em Buenos Aires, nos últimos dias do mês passado, o Primeiro Congresso Argentino de Racionalização Administrativa, que constituiu uma demonstração altamente significativa do espírito progressista que anima a grande nação vizinha. Todas as suas cinco comissões — de ad-

ministração pública, de administração industrial, de administração agrícola e pecuária, de administração comercial e de administração bancária — levaram a efeito um trabalho que, a julgar pelos informes de que dispomos, pode ser considerado valiosíssimo. Realmente, os debates que

então se verificaram, bem como as propostas apresentadas, evidenciaram uma apreciação muito justa das necessidades do país.

Na secção de administração pública — que particularmente nos interessa — foram apresentados estudos, sugestões e projetos reveladores da existência, na Argentina, de um grupo de verdadeiros especialistas em tão importante ramo de atividade. Nenhuma discussão estéril, nenhum academicismo inútil, vieram desviar a atenção dos problemas práticos de maior relevância. Em todas as sessões que se realizaram predominou sempre uma orientação nitidamente construtiva.

O estudo, da autoria do Dr. Emilio Pellet Lastra, a respeito das entidades autárquicas deu origem a uma discussão ampla sobre o caráter das mesmas, pelos prismas econômico e jurídico. Os pontos de vista expendidos a esse propósito foram, aliás, bastante variados. Convém frisar, aliás, que não ha assunto no terreno da administração pública que apresente maior interesse atualmente do que o relativo a tais entidades.

O engenheiro Marcelino A. Cerialle se occupou da necessidade de uma especificação racional dos materiais utilizados pela administração pública. Da mesma questão tratou igualmente outro congressista — o Sr. T. Breetz, que chegou a conclusões idênticas às do Sr. Cerialle. Ambos preconisaram o emprego generalizado de critérios uniformes.

Uma das comunicações mais interessantes foi, indubitavelmente, a do Sr. Emilio Sanchez, referente à organização dos serviços estatísticos do país. Esse congressista procurou, sobretudo, mostrar a urgência de se efetuar uma estruturação racional de tais serviços. E' nesse setor, insistiu ele, que mais do que em outro qualquer se torna imprescindível uma coordenação segura.

São vários os aspectos em que a administração pública brasileira se acha inegavelmente bem mais avançada na via da racionalização do que a Argentina. Um deles é precisamente o que se refere aos serviços estatísticos. E' licito mesmo afirmar que entre nós já é uma realidade auspiciosa aquilo que o Sr. Sanchez julga, com razão, indispensável ao aperfeiçoamento da estatística argentina.

Os serviços públicos municipais foram também objeto de alguns trabalhos que focalizaram a necessidade de se lhes imprimir sem demora um maior grau de eficiência. Merece especial destaque o da autoria do Sr. Rebollo Paz, sobre a racio-

nalização econômico-financeira dos mesmos. A extraordinária importância de uma boa administração municipal vem, na verdade, sendo reconhecida hoje por toda a parte.

Comentando em editorial a significação do Congresso de Racionalização Administrativa, La Prensa proclamou "la necesidad de coordinar, dentro de las doctrinas más razonables, la regulación del trabajo administrativo nacional, provincial y municipal en sus diversos aspectos; de tal manera, que con economía de gastos y de trámites inútiles puedan depurarse los vicios coloniales aún subsistentes y la incompreensión reinante". O grande diário portenho salientou com muita justeza o que, a nosso ver, não apenas a Argentina, mas todos os países americanos precisam eliminar a fim de dar à administração pública um cunho racional: los vicios coloniales aún subsistentes. Essa será a tarefa da racionalização administrativa nos referidos países.

Noticiando em sua edição de 30 de setembro de 1938 o encerramento do Primeiro Congresso Argentino de Racionalização Administrativa, La Prensa reproduziu as propostas aprovadas por cada uma das comissões componentes do mesmo. Damos abaixo a tradução das recomendações aprovadas pela Comissão de Administração Pública:

— "O Congresso considera conveniente a centralização das construções arquitetônicas do Governo Federal.

Imediatamente depois de sancionada a lei anual de orçamento, as repartições nacionais deverão submeter à aprovação dos respectivos ministérios a distribuição que pretendem dar ao pessoal previsto naquela, com determinação das divisões, secções, repartições e demais serviços a organizar — os quais deverão ser designados de acordo com as funções que se projete atribuir-lhes — e detalhes das categorias de pessoal, com definição sintética de suas funções dentro dessa dependência.

— Tendo em vista os estudos feitos pela comissão e os trabalhos apresentados pelos delegados, o Congresso de Racionalização Administrativa auspicia a implantação, por meio de resoluções legislativas, nas ordens nacional, provincial e municipal, do estatuto do funcionário público, que assegure a seleção para o ingresso, acesso, inamovibilidade, promoção com base na eficiên-

cia comprovada, discriminação dos cargos técnicos, criação de jurados de classificação, disciplina e regime jubilatório sobre bases estáveis e científicas, inclusive a regularidade e obrigatoriedade da contribuição do Estado (Nação, província ou município).

— Recomendar aos poderes públicos da Nação e das províncias favoreçam a organização de cursos de aperfeiçoamento para o pessoal da administração.

— Que é condição essencial da formação eficiente do pessoal do Estado, assegurar as condições econômicas do mesmo. Por isso o Congresso vota: que se estabeleça o sobre-salário por encargo de família, estudando-se para esse objetivo, com bases técnicas, as condições do empregado na ordem nacional, provincial e municipal.

— O Congresso recomenda a mecanização dos serviços na administração pública e, especialmente, no que diz respeito à contabilidade e estatística, com prévio assessoramento da Comissão Nacional de Racionalização.

— Que se uniformizem, mediante regulamentos, os serviços de contabilidade da Administração Pública Nacional.

— Que é conveniente, para perfeita ordem administrativa, a pronta sanção de uma nova lei de contabilidade, tendo-se em conta para isso os projetos do Dr. Bayetto, da Contadoria Geral da Nação, e o que está sendo considerado pelo Ministério da Fazenda.

— O Congresso considera digno de estudo o processo seguido pelo Serviço de Rendas Internas para contabilização da arrecadação de caixa.

— Que é urgente organizar, sobre bases modernas e científicas, os arquivos da administração pública, tendendo à sua uniformidade e a uma classificação ordenada da documentação que deve abarcar.

— O Congresso considera necessária a centralização dos serviços de protocolo da administração pública, assim como a adaptação nos mesmos do sistema de fichas, folhas moveis e boletins de controle que facilitem a rapidez e exatidão da informação.

— Que é necessária a uniformidade do tipo de expediente e a simplificação dos trâmites.

— Que se organize o regime de beneficência, assistência social e sanidade com a fiscalização do Estado, de modo a unificar e coordenar sua ação evitando a atual dispersão de esforços que conspira contra a ação mais eficaz do Estado

e logrando-se o melhor aproveitamento dos créditos que, com esse objetivo, vota anualmente o Congresso.

1.º Sanção de uma lei básica que contenha os princípios gerais comuns a todas as entidades autárquicas, contemplando os seguintes tópicos: natureza jurídica e caráter institucional; capacidade para atuar pública e privadamente; direção e remuneração de seus membros; manejo de fundos.

2.º Realizar um estudo das disposições legais que regem o funcionamento das entidades autárquicas criadas até o presente, afim de uniformizá-las, conferindo-lhes maior elasticidade para o melhor cumprimento de seus fins e equiparando as correspondentes a cada grupo de especialidades (projeto do Dr. Godoy).

3.º Estabelecer expressamente o alcance das leis gerais da Nação com relação às entidades autárquicas e prever, ao ditar leis gerais e aplicáveis a esses organismos, que alcance têm para isso e quais as leis e em que grau poderão ser aplicadas pelas ditas entidades.

4.º Criação de um corpo consultivo, ou consultivo-executivo, com atribuições que seriam determinadas oportunamente como consequência de um estudo mais profundo sobre esse ponto, afim de uniformizar o critério nos aspectos legal e administrativo que tocam as entidades autárquicas.

— Formação de um arquivo de custos com a determinação do preço unitário para as diversas estruturas e que, decomposto em materiais, mão de obra, transporte e superintendência, permitirá fazer comparações dos preços nos diversos lugares do país.

— Visto o projeto do Sr. Emilio Carmona, o Congresso considera o mesmo digno de estudo porque corresponde à informação uniforme de ordem administrativa necessária à iniciação de quaisquer obras públicas e tende a satisfazer as necessidades técnicas, econômicas, políticas e sociais destas.

— Que o acordo de 14 de julho de 1931 e o de 10 de fevereiro de 1932, relativos à administração e fiscalização dos bens do Estado, deram na prática bons resultados e convém estender sua aplicação às repartições públicas que não os praticam; o Congresso resolve recomendar, aonde não existem ainda, a fixação de normas e a criação de repartições técnicas para o inventário de fiscalização dos bens do Estado.

A significação da Política Cafeeira do D. N. C.

O Estado Novo surgiu no Brasil como uma exigência imperiosa do próprio instinto de conservação nacional. Após longos decênios de artificialismo político o país havia chegado, com efeito, a uma situação em que todo o velho arcabouço institucional parecia na iminência de desabar com fragor. A Constituição de 10 de novembro — fruto da sabedoria e da coragem cívica do presidente Getúlio Vargas e do patriotismo de nossas forças armadas — veio felizmente abrir na vida histórica brasileira um novo período caracterizado por uma compreensão realística de nossos problemas.

E' bastante significativo o fato de ter o advento do Estado Novo sido precedido de alguns dias da adoção de uma política cafeeira muito diversa da que até então vinha sendo seguida à custa de enormes sacrifícios. Durante os sete anos posteriores ao triunfo da Revolução de 1930 os governantes brasileiros haviam lutado com admirável tenacidade para liquidar os penosos efeitos do fracasso dos miríficos programas de valorização postos anteriormente em prática. Na defesa dos preços-ouro do principal produto de sua exportação batalhou o nosso país sozinho por muito tempo, num esforço tremendo. Enquanto, porém, o Brasil se empenhava dessa forma em manter preços remunerados para o café no mercado mundial, os outros países cafeicultores participavam sem nenhum onus dos benefícios por nós obtidos à custa de tamanha pertinácia. A sombra de tão generosa proteção novos cafezais foram surgindo, realmente, não só em *nuestra América*, mas também nas possessões coloniais africanas e asiáticas. Diante de tal estado de coisas tornou-se necessário de nossa parte uma mudança radical de orientação.

Quando se formou, em novembro de 1930, o Governo Provisório, a situação do café brasileiro era penosíssima, quasi catastrófica mesmo.

Para evitar uma derrocada de repercussões dificilmente previsíveis, foi indispensável recorrer a uma terapêutica verdadeiramente heróica.

As sobras invendíveis se acumulavam, constituindo uma ameaça que tendia a se avultar diariamente, caso não fossem tomadas sem tardança providências de caráter drástico. A queima de dezenas de milhões de sacas, que tanto contribuiu para popularizar o nosso país nos círculos estudiosos de questões econômicas no mundo inteiro, tornara-se uma necessidade imperiosa e inadiável.

Transposta essa fase, procurou o Brasil chegar a um acordo com os seus concorrentes, afim de que a sustentação dos preços-ouro do café, proveitosa para todos os países exportadores, não continuasse a ser feita exclusivamente por nós. O mais forte desses concorrentes — a Colombia — julgando invulnerável a sua posição por causa da excelência de seu produto, adotou, em relação às propostas brasileiras, uma linha de conduta a que se aplica perfeitamente a denominação de *sabotage*.

As safras abundantes dos dois últimos anos vieram, todavia, por em perigo a situação de desafogo no tocante às *sobras*, que havíamos obtido tão custosamente. A redução do volume de nossas exportações em 1936, acentuada de forma impressionante no decurso de 1937, patenteou, enfim, a impossibilidade de prosseguirmos isolados o amparo dos preços-ouro.

Nessas condições só havia um caminho a seguir: dar uma orientação diferente à nossa política cafeeira, isto é, enveredar sem hesitação no *sentido da concorrência*. A emergência que se criara não deixava margem a nenhuma outra alternativa e, ainda mais, exigia que se procedesse rapidamente em tal sentido.

Foi isso que levou o governo brasileiro, a tomar, no dia 3 de novembro de 1937 a resolu-

ção que tão profundamente desconcertou os nossos concorrentes, acostumados até então a se beneficiarem de nossos esforços. O pânico de que ficaram possuídos e a inquietação de que deram provas nesse momento confirmaram eloquentemente o acerto e a oportunidade dessa resolução.

Logo em seguida a isso, houve, naturalmente, uma fase de expectativa, sendo muitos os que receiavam que essa modificação brusca de diretrizes não produzisse os resultados favoráveis que esperavam os seus autores. Mas os 12 meses até agora decorridos desde que tal decisão foi tomada vieram demonstrar com a eloquência insofismável das cifras o acerto da mesma.

As exportações brasileiras cresceram de modo animador desde dezembro de 1937, sendo a nossa posição atual no mercado mundial de molde a justificar as melhores esperanças em relação aos anos vindouros. O montante de café vendido pelo Brasil aos outros países foi em 1938 superior de 50 % em comparação com 1937. Enquanto isso as exportações de nossos concorrentes sofreram durante o mesmo período, uma baixa de 15 %. Assim, pois, graças a política de libertação adotada em 3 de novembro de 1937,

fomos os únicos beneficiários do aumento de 20% do consumo mundial da rubiácea ocorrido nos 11 primeiros meses do corrente ano.

Os enormes excedentes que existiam nos anos anteriores vão desaparecendo gradativamente agora. A oferta e a procura demonstram de maneira bastante nítida uma tendência no sentido de seu nivelamento. Sem incidir num optimismo excessivo, pode-se prever que não tardará a chegar o momento em que a nossa economia cafeeira desfrutará uma prosperidade magnífica.

Mais do que nunca o progresso e mesmo a existência das nações depende atualmente da eficiência de seus elementos dirigentes. O Brasil hoje pode encarar com tranquilidade o futuro porque tem à frente de seus destinos um autêntico homem de Estado decidido a não recuar diante de nenhum sacrifício para assegurar a grandeza nacional. E na direção de nossa política cafeeira encontra-se um Administrador da envergadura do Senhor Jayme Fernandes Guedes, que desde já tem demonstrado abundantemente ser um espírito realista, que compreende perfeitamente a natureza dos problemas econômicos de nosso tempo.

O segundo aniversário da Lei do Reajustamento

Transcorreu, a 28 deste mês, o segundo aniversário da Lei do Reajustamento. Embora sua comemoração não tenha tido o caráter solene da do primeiro aniversário, de que demos notícia circunstanciada em nosso número inaugural, o segundo aniversário da Lei 284 ficou marcado pela visita feita pelo presidente do D. A. S. P., acompanhado dos Diretores de Divisão do mesmo, ao Sr. Presidente da República, e pela visita dos membros das Comissões de Eficiência ao presidente do D. A. S. P.

Nunca será demasiado ressaltar a profunda significação que teve, para a administração pública do país, a Lei do Reajustamento. Distribuindo o funcionalismo federal por carreiras profissionalizadas, ela deu o primeiro passo para a consecução do elevado objetivo que é a ins-

tituição, no Brasil, de um Serviço Civil digno deste nome e que possa, futuramente, emparelhar-se com aqueles de que, tão justamente, se orgulham as nações melhor organizadas do mundo. As atribuições afetas ao extinto C. F. S. P. C., órgão criado pela citada Lei, e tão eficientemente desempenhadas pelo mesmo, permitiram desbravar o cipoal confuso em que se emaranhava a máquina administrativa do país, entravando sua marcha e estabelecendo um contraste flagrante entre a sua produção real e a produção exigida pelas complexas necessidades do Estado moderno. O trabalho realizado pelo C. F. S. P. C. preparou convenientemente o terreno para a tarefa, sem dúvida de muito maior extensão, ora atribuída ao D. A. S. P.

Nas palavras com que se dirigiu ao Sr. Presidente da República, por ocasião da visita que fez a S. Excia., a 28 de outubro, em companhia de todos os Diretores do D. A. S. P., o Sr. Luiz Simões Lopes declarou que, no dia em que se comemorava o segundo aniversário da Lei do Reajustamento, não podia deixar de levar a S. Excia. os seus cumprimentos e as suas congratulações, assim como dos Diretores

trabalho que se traçara desde a Revolução de 30 e que, já agora, com o advento do Estado Novo, encontra um ambiente mais propício ao seu desenvolvimento. Esse programa, que já vinha amadurecido no espírito do Sr. Getúlio Vargas desde a Revolução libertadora de 1930, cristalizara-se na grande reforma que ali se comemorava naquele momento. A Revolução livrara a administração pública de um regime anár-



O sr. Presidente da República no momento em que agradecia as palavras proferidas pelo sr. Luiz Simões Lopes, no Palácio do Catete, quando da visita feita a S. Excia. pelo Presidente e Diretores do D. A. S. P., por ocasião da passagem do segundo aniversário da Lei do Reajustamento.

do D. A. S. P., convencidos como estavam de que, dando ao país a Lei 284, o Governo havia iniciado uma era verdadeiramente nova na administração do Brasil, compreendendo que ela se achava inteiramente caótica e desconjuntada. Contrariando, embora, altos interesses políticos da época, promovera o Chefe do Governo a criação de um Serviço Civil eficiente — prosseguiu o presidente do D. A. S. P. — através do qual pudesse realizar o programa de

quico, de uma verdadeira sociedade de troca de favores entre diversas situações dominantes. Terminando sua breve oração, o Sr. Luiz Simões Lopes reafirmou que o Presidente e os Diretores do D. A. S. P., incumbidos pelo Sr. Presidente da República da urgente tarefa de racionalizar a administração pública, não podiam deixar transcórre-la aquela data sem congratular-se efusivamente com S. Excia., e assegurou, ainda uma vez, que continuariam trabalhando

com grande entusiasmo e dispostos a vencer todas as dificuldades que possam se antepor ao perfeito desempenho de sua missão.

Agradecendo, o Chefe da Nação realçou as atividades do D. A. S. P. e lembrou que os seus Diretores são homens a quem o país já deve relevantes serviços. Pouco depois, já em palestra, S. Excia. referiu-se ao trabalho que vem sendo realizado pelo D. A. S. P., o qual, sabia ser grande, pelo vulto dos processos que lhe eram remetidos. Incidentalmente, o Chefe do Governo foi informado de que somente no mês de setembro haviam transitado pela Presidência da República cerca de 600 processos estudados pelo D. A. S. P., sem contar perto de 400 no mês de agosto.

O 28 DE OUTUBRO NO D. A. S. P.

A's dezesseis horas desse dia, os membros das Comissões de Eficiência dos Ministérios compareceram incorporados à sede do D. A. S. P., no Palácio do Trabalho, afim de cumprimentarem o Presidente e os Diretores desse órgão pela passagem do 2.º aniversário da Lei 284. A essa homenagem se associaram inúmeros funcionários da administração federal.

Em nome das Comissões de Eficiência, fez uso da palavra o sr. Carlos Maximiano de Figueiredo, funcionário do Ministério das Relações Exteriores e membro de sua Comissão de Eficiência.

Inicialmente, o sr. Carlos Maximiano referiu-se à gentileza de seus pares das Comissões de Eficiência, que fez recair na pessoa de um dos membros da C. E. do Ministério do Exterior a honra de apresentar, em duas palavras, ao insigne presidente do D. A. S. P. o "interior" dos seus corações, que naquele dia vibravam, cheios de júbilo patriótico, ante a passagem do segundo aniversário da Lei 284, que reajustou os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União. A tarefa era tanto mais fácil e agradável — continuou o orador — quanto significava, evidentemente, que se tinha em vista aproveitar, como veículo dos sentimentos gerais, não propriamente um elemento representativo dos méritos pessoais dessas Comissões, mas apenas quem, por ser dos mais antigos entre os amigos ali presentes do sr. Luiz Simões Lopes, estivesse em condições de testemunhar "mais de perto" a S. Excia. o seu vivo reconhecimento, espe-

cialmente de patricios e colaboradores, pela sinceridade, delicadeza e segurança de movimentos com que ele tem sabido agir sempre, no sentido de dotar a administração pública do nosso país dos melhores e mais eficientes instrumentos de trabalho, "nunca dantes postos ao nosso alcance". Tão grandiosa obra de assistência técnico-administrativa — prosseguiu o sr. Carlos Maximiano — está sendo, a pouco e pouco, com oportunidade e sem oportunismo, construída, sob os auspícios do Presidente do D. A. S. P., com a mesma serena dignidade com que o sr. Luiz Simões Lopes sempre se apresentou e se apresenta em todos os atos de sua vida. Mas, nunca atingiria nem atingirá a magnificência esperada e que desde já queremos enxergar, na beleza e na solidez dos seus alicerces, se ao lado do trabalho do Presidente e dos outros principais elementos do D. A. S. P. não se contasse também com o apoio moral e funcional de S. Excia. o sr. Presidente Getúlio Vargas e de seus ministros de Estado, além da boa vontade com que os seus companheiros do funcionalismo estão recebendo e executando todos os direitos e deveres, inclusive os mais recentes que lhes têm sido distribuídos, oferecendo esplêndido exemplo de disciplina íntima e de fino espírito público. Contando com todos esses recursos e, conseqüentemente, reunidos e unidos em metódica, sistemática e permanente comunhão de idéias e de ação, sentimo-nos bastante fortes para enfrentar, vencer e, sobretudo, convencer os elementos que, acaso, ainda perambulem pelas estradas, hoje desertas, do desânimo ou do desleixo administrativo. Terminando, o Sr. Carlos Maximiano declarou que serão sempre merecidos os aplausos aos beneméritos patricios do antigo Conselho, que, por iniciativa e sob o comando de Luiz Simões Lopes, demonstraram, desde então, quando ainda eram incertos os prognósticos da peleja, o amor ao Brasil e a coragem cívica de que estavam possuídos, para chegar, como chegaram, ao meio da cidadela administrativa, que ameaçava, em alguns setores, desmoronar-se moral e espiritualmente, ao peso de preconceitos e interesses criados, e hastear a nova bandeira, de progresso com ordem e justiça, que agora, sob as vistas do Governo e pelas mãos honradas e habéis do D. A. S. P., está simbolizando o verdadeiro interesse dos serviços e dos servidores da Nação.

Findo o discurso do sr. Carlos Maximiano, o sr. Luiz Simões Lopes, agradecendo, destacou a tarefa que vem sendo realizada pelas Comissões de Eficiência, no sentido de uma perfeita colaboração com o D. A. S. P., para execução do programa administrativo do Governo, e mostrou o esforço desenvolvido em comum com o objetivo de aprimorar os serviços públicos da União, elevando-os à altura das exigências nacionais.

Enquanto falava o sr. Simões Lopes, chegou ao Gabinete do Presidente do D. A. S. P. o ministro Waldemar Falcão. O titular da pasta do Trabalho teve ensejo, depois, de proferir algumas palavras, solidarizando-se com as homenagens prestadas ao Presidente do Departamento. O seu comparecimento ao ato — disse

S. Excia. — significava que o Ministério a seu cargo, tendo instalado no seu próprio edifício o Departamento Administrativo do Serviço Público, não havia dado à tarefa desse órgão apenas uma contribuição material, mas prestado ao mesmo tempo, uma colaboração moral para o êxito de sua importante função, de vez que considera o D. A. S. P. uma das criações mais interessantes da Carta de 10 de novembro e do preclaro Presidente Getúlio Vargas.

Ainda por motivo da passagem do segundo aniversário da Lei do Reajustamento, o sr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D. A. S. P., recebeu inúmeros telegramas congratulatórios de altas personalidades da administração nacional, não só desta Capital, como, também, de todos os Estados.

Conselho de Expansão Econômica do Estado de S. Paulo

Instalou-se no dia 11 do corrente o Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, tendo nessa ocasião o dr. Ademar de Barros, interventor federal nessa unidade federativa, pronunciado um discurso em que pôs muito acertadamente em relevo as necessidades de progresso do Brasil e de São Paulo. Falou o dr. Ademar de Barros com clareza, mostrando o alcance do trabalho a ser realizado pela nova entidade. Fê-lo acentuando de modo feliz a sua significação sob o ponto de vista do reforçamento da unidade nacional.

O interventor paulista afirmou ter a certeza de que o órgão consultivo que estava instalando "levará a termo feliz pelo menos duas grandes tarefas: 1.^a — cooperação eficiente e integral com o Conselho metropolitano naquela parte dos seus trabalhos que poderemos, para distinguir, chamar externa; 2.^a — reorganização, coordenação e revigoração da economia interna local". A magnitude dessas tarefas é tal que o seu bom desempenho concorrerá bastante, sem dúvida, para imprimir uma feição mais segura ao desenvolvimento da economia nacional. O referido Conselho representa, portanto, uma iniciativa da qual

é lícito esperar os mais benéficos resultados para o Brasil e para São Paulo.

Damos a seguir, na íntegra, o discurso que o interventor Ademar de Barros pronunciou ao instalar o Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo:

"Exmos. Srs. Representantes do Conselho Federal do Comércio Exterior:

Srs. Membros do Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo:

Meus senhores:

Em nome das necessidades de progresso deste Estado e representando, no Governo, o ilustre Sr. Presidente da República e o seu programa de renovação nacional, declaro instalado o Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo.

Fruto das necessidades imperiosas da fase histórica que vivemos, em que a aceleração, a racionalização e a harmonização dos processos vitais da nossa produção se fazem leis invioláveis, este Conselho vem desempenhar em nossa vida econômica uma função de larga envergadura e profunda significação. Que assim será, eu vos asseguro; que assim espera o governo Federal, a prova está na presença dos ilustres representantes do Conselho Federal do Comércio Exterior, Srs. Conselheiro Euvaldo Lodi e Consul Raul Bopp, emprestando a esta solenidade o brilho e a autoridade da sua representação oficial e pessoal.

O Governo do Estado deposita, meus senhores, integral confiança nesta nova entidade e tem a certeza de que levará a termo feliz pelo menos duas grandes tarefas: 1.º) — cooperação eficiente e integral com o Conselho metropolitano naquela parte dos seus trabalhos que poderemos, para distinguir, chamar externa; 2.º) — reorganização, coordenação e revigoração da economia interna local.

Na primeira delas, será naturalmente um órgão auxiliar do Conselho Federal, cuja larga folha de serviços ao país é incentivo bastante para uma cooperação estreita, cordial e patriótica, na sua luta de emancipação e de conquista da auto-determinação da economia nacional. Nessa cruzada santa, meus senhores, este Conselho será, invariavelmente, uma trincheira da Nação, solidária com os fins e objetivos do Conselho Federal. Será a própria síntese de São Paulo, como força econômica, em formação de combate em prol dos ideais nacionais, que constituem a própria razão de ser do órgão federal.

A entidade nova, que ora tenho a honra de inaugurar, tem perfeita consciência desta parte da sua missão. Integrada por elementos de escól das classes produtoras — a agricultura, a indústria e o comércio — que jamais tiveram, em São Paulo, o que é titubear diante de deveres nacionais a cumprir, traz para o campo de trabalho um forte tirocinio, beneficiado pela perfeita compreensão do ponto de coalisão dos interesses parcelares e dos interesses gerais. O patriotismo de todos e um serviço de secretaria em perfeita concordância com o Conselho Federal, proporcionarão, eu espero, ponderáveis massas de manobra às nossas lutas.

Seria ocioso especificar aqui as atribuições do Conselho, de vez que está entendido que se destina a ser órgão consultivo do Governo do Estado para todos os assuntos atinentes à sua economia e ao seu desenvolvimento. Os seus objetivos de expansão, é bem que seja acentuado na oportunidade desta solenidade inaugural, não significam, de maneira alguma, qualquer preocupação de empreendimentos audaciosos. Não, aqui não ha lugar para aventuras, de vez que a sua preocupação dominante, estará sempre no sentido de criar e defender o equilíbrio econômico do Estado e, sobre tal base, promover a aceleração da nossa vida produtiva. No mundo conturbado dos nossos dias, numa hora de intenso nervosismo internacional, em que encontram clima adequado todas as loucuras e extravagâncias, em que a economia pública se tornou, por assim dizer, a namorada dos malucos, é bem necessário que se acentue que pretendemos avançar muito e com velocidade, mas, com o fio de prumo sempre numa das mãos.

Vai, aliás, nesta orientação que dou ao Conselho de Expansão Econômica, a homenagem que todos os brasileiros cordialmente tributam à permanente lição de senso e de equilíbrio que a Nação proporciona o seu insigne Presidente.

Referi-me, também, a uma segunda grande tarefa deste Conselho e sobre ela desejo tomar por alguns instantes mais a atenção deste caríssimo auditório.

Efetivamente, ao Conselho não caberá apenas a incumbência de dinamizar as forças do nosso cenário econômico e equacioná-las para os objetivos referidos. Ha também que penetrar, em marcha reversiva, as suas fontes

e origens, para aí operar, com pleno conhecimento dos fatores ambientes, a estruturação da aparelhagem estatal com que presentaremos o futuro, assegurando-lhe estabilidade e vigor, até nossos dias ainda não fruídos.

São sobejamente conhecidas as minhas preocupações a respeito da assistência do Estado à produção. Através do meu autorizado porta-voz, o Sr. Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e digno vice-presidente deste Conselho, tenho repetidas vezes referido o programa de renovação do Estado Novo, no campo da produção, no sentido de alicerçá-la definitivamente em bases concretas e científicas.

Esta câmara consultiva será, pois, chamada a prestar àquele departamento do Governo do Estado, uma cooperação de grande alcance nas transformações por que deve passar, para habilitar-se a satisfazer os fins a que se destina. Convencido da necessidade de amparar, pela ciência e pela técnica, a produção e, por conseguinte, a nossa economia, não medirei sacrifícios financeiros e, si necessário for, dobrarei o orçamento da pasta, tanto que possa realizar os órgãos científicos e técnicos de que carecem as nossas atividades.

Si examinarmos, por um lado, o panorama desarmônico da nossa produção e, por outro, o quadro anorgânico da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, tal como a recebeu o meu governo, dúvidas e temores nos assaltam o espírito, diante da inevitável indagação íntima que estabelecem: até quando poderemos progredir com tanta insensatez, atulhando os caminhos?

Não me creiam um pessimista, que absolutamente não sou. Mas a voz da consciência de governante não pode calar e eu sou obrigado a responder que, si continuarmos a caminhar às cegas, sem rumo certo, malbaratandô e destruindo o patrimônio natural, desconhecendo-o por princípio, vendendo uma árvore por um tostão ou abatendo-a por nada, chegaremos breve ao fim, antes mesmo de ter desvendado todo o grande futuro que nos espera, si não fizermos de um melhor senso o guia de nossa vida econômica.

Ha necessidades substanciais de nossa vida que ainda não foram satisfeitas e já tardam demasiado.

Entre elas, coloco em primeiro lugar o conhecimento do meio físico, pelas suas magnas expressões. Considero dever fundamental de uma obra honesta de governo sanar essa lacuna, a partir do inventário da natureza, nas suas grandes expressões, até o equacionamento dos valores que encerra, os quais, é triste confessar, ignoramos ainda na sua quasi totalidade.

Realmente, que sabemos da nossa flora, da nossa fauna, do nosso sub-solo?

Que respondam por nós a fragilidade da nossa economia e das ciências naturais em nosso meio.

A obra de criação e renovação que empreenderemos nesse sentido será lançada com todo o vigor e este Conselho será um dos seus baluartes. Sim, porque São Paulo não quer mais tatear no desconhecido e está firmemente disposto a avançar, doravante, somente por caminhos previamente reconhecidos. E quer fazê-lo através da ciência sistemática, da experimentação e da pesquisa, que constituem as bases imperecíveis da técnica moderna.

Com a recomposição da Secretaria da Agricultura, desejamos dotar São Paulo de um conjunto orgânico capaz de iluminar os caminhos da nossa produção, de orientar, incentivar e criar a riqueza, com esclarecida segurança, que porá o ponto final na era de desordem econômica e aventuras da produção.

Construiremos um organismo que habilitará a agricultura a ingressar na era da exploração científica integral do solo; a indústria, a conquistar a legitimidade de uma existência sólida e indestrutível, idônea para dar-lhe ingresso aos mercados internacionais; que dará ao comércio, elementos de estabilidade e prosperidade; e à segurança nacional, o penhor de uma economia sólida, capaz de prover a todas as necessidades nacionais de defesa.

Como vos disse, não sou um pessimista.

Com esse empreendimento, cumpriremos igualmente uma outra grande tarefa, corolário natural da obra, mas, tam-

bem preocupação dominante do governo, — formaremos, custe quanto custar, as nossas equipes de cientistas e técnicos.

E' bem de ver, senhores, que não nos apartamos um momento sequer daquela fórmula em que a Nação sintetiza, neste momento, o grande ideal — emancipação econômica, científica e técnica do País.

No setor paulista, está lançada nossa vela ao mar. Os bons patriotas acompanharão a arrancada silenciosa que terminará com a restituição do Brasil aos brasileiros.

Agradeço afetosamente aos ilustres representantes do Conselho Federal do Comércio Exterior, Snr. Conselheiro Euvaldo Lodi e Snr. Consul Raul Bopp, terem comparecido a esta solenidade e todo o prestígio que suas nobres presenças emprestam às iniciativas ora lançadas.

Está inaugurado o Conselho de Expansão Econômica de São Paulo."

A NOVA SEDE DO D. A. S. P.

No dia 5 deste mês, o Departamento Administrativo do Serviço Público transferiu sua sede, do 2.º andar do Palácio do Catete, onde estivera instalado desde a sua criação, para o 6.º andar do novo edifício do Ministério do Trabalho.

No Palácio do Catete funcionara também, durante todo o período de sua existência, o extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil. Já então, com o desenvolvimento natural dos serviços afetos a esse órgão, se fizera sentir a necessidade de nova sede para o mesmo, pois o espaço disponível no 2.º andar do Catete se mostrava insuficiente, apesar de haver sido aproveitado até mesmo o corredor, onde estiveram instalados o Serviço de Publicidade e a redação da "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO".

Com a criação do D. A. S. P., organismo de maior amplitude que o extinto Conselho e controlador de todos os serviços públicos federais do país, mais premente se tornou aquela necessidade. Após uma série de "démarches",

durante as quais estiveram dentro de cogitações o edifício do antigo Pavilhão Britânico na Exposição do Centenário e o da Imprensa Nacional, na Ponta do Calabouço, a Presidência do D. A. S. P. aceitando gentilíssimo oferecimento do sr. Ministro Waldemar Falcão, optou pelo 6.º andar do magestoso Palácio do Trabalho, recém-construído. Nesse local, estão funcionando a Presidência, todas as Divisões do D. A. S. P. (Organização e Coordenação, Funcionário Público, Extranumerário, Seleção e Aperfeiçoamento, Material) e os Serviços Auxiliares (Chefia, Biblioteca, Comunicações, Material, Mecanografia, Publicidade). Unicamente a Secção de Concursos da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento encontra-se deslocada da nova sede, pois que funciona ainda no andar térreo do Palácio Tiradentes, até que se torne possível transferi-la também para o Palácio do Trabalho, o que se dará dentro em breve.